

O estudo apresentado, tendo como base as listas de ordenação e exclusão publicadas em Agosto de 2007 no site da DGRHE, tem como finalidade:

- Refutar as declarações da Sra. Ministra da Educação proferidas num canal televisivo no mês de Setembro, afirmando que os elevados números de docentes desempregados apresentados pela FENPROF, não correspondiam à realidade; que a maior parte destes “números” correspondiam a recém - licenciados que procuravam no ensino uma ocupação laboral,
- Demonstrar através de uma amostragem (dos primeiros 100 candidatos em cada grupo disciplinar), que estes docentes correspondem a um grupo de docentes que há muito trabalha para o Ministério da Educação de forma precária,
- Genericamente podemos afirmar que esta amostragem corresponde aos candidatos que mais hipóteses tiveram em obter uma colocação, logo, mais realisticamente poderíamos obter um conhecimento sobre a situação profissional destes professores.

Não foi realizada uma amostragem aleatória pois o estudo tinha como objectivo as intenções acima referidas. Uma amostragem aleatória teria naturalmente resultados muito diferentes que só uma análise mais cuidada permitiria chegar a conclusões.

Não quisemos com este estudo depreciar dados estatísticos que resultariam de uma amostragem diferente; temos consciência que existem no sistema muitos colegas contratados com menos tempo de serviço e com menos idade mas que tem igualmente contribuído para a educação, temos conhecimento que há muitos colegas que estão numa faixa etária mais velha e que tem pouco tempo de serviço docente pois não tiveram oportunidade de obter colocação em horários completos.

As considerações que podemos retirar da análise destes dados são susceptíveis de diferentes interpretações e algumas até podem ser alvo de críticas por tão empíricas que parecem. Podemos de imediato, ao analisar a tabela 1, tirar a conclusão que há grupos onde não há necessidade de contratação, como é o caso da Educação pré-escolar. Neste grupo nem são apresentados resultados no que diz respeito a docentes e educadores com menos de seis anos de serviço!

Ao analisarmos a tabela 2, “ Por Tempo de Serviço”, podemos observar que há grupos muito jovens que têm pouco tempo de serviço, como é o caso do grupo 350 (Espanhol), tirando a conclusão que tal se deve ao facto de ser um grupo recentemente criado. Mas ao analisarmos os grupos onde os docentes têm muitos anos de serviço (e são 2/3 desta amostragem), que conclusões podemos obter? Quais são as causas responsáveis por tal situação? Que consequências para o sistema, para o docente e para a Educação?

Alguns afirmam que esta situação só se deve ao facto destes docentes, já chamados de “ docentes contratados titulares”, nunca terem concorrido para longe da sua residência e como tal, sofrerem as consequências de tal opção. Não me parece que tais afirmações correspondam à realidade mas mesmo que o sejam, são legítimas de uma classe docente mais envelhecida, mais explorada e com encargos financeiros fixos. Muitos não conseguem suportar encargos extra: pagar duas casas, mais despesas de transporte, de alimentação... Já para não falar dos encargos psicológicos, dos “ custos “ e das despesas” provenientes de ficarem longe da sua família e do seu papel enquanto encarregados de educação.

Contactando com colegas que se encontram nestas situações, não é de todo a razão para tal precariedade laboral. A maioria “ arrisca” a ficar longe, apesar de todos os custos que têm de suportar... Se até percorrem quilómetros para leccionar enquanto docentes contratados...

Como pode então o Ministério da Educação negar a necessidade permanente destes docentes nos seus quadros? A explicação vem, como é sabido, da recusa da abertura de vagas suficientes que integrem estes docentes; o Estado fica com menos encargos financeiros e é preferível que sejam contratados à peça... até Agosto. Alegam então que o sistema tem professores a mais, não sendo necessário o recrutamento de novos (mas são!).

Este contra-senso (e os números falam por si) tem o seguinte desfecho: estes docentes passam a ser encargo de outro Ministério, na atribuição de subsídios de desemprego; mas são apenas “ números” temporários: o subsídio de desemprego, passa para subsídio social que por sua vez passa para recibo verde, que por sua vez passa a....

ajuda familiar? Deixa então de ser um problema do Ministério da Educação e de qualquer outro organismo do Estado...

Mas, voltando à abertura das vagas em cada grupo de docência, em todos os anos onde há abertura de concurso, deparamo-nos com vagas negativas em quase todas as disciplinas. Seriam pois compreensíveis as medidas restritivas à entrada de novos docentes. Mas será que tem o Ministério da Educação dados reais que permitam aferir as verdadeiras necessidades do sistema? Ou como sugeriu um orador no fórum do Emprego Docente, se tem esses estudos e não os revelam, é grave, se não os tem, muito mais grave o é...

Um dos problemas prende-se com as diferentes políticas educativas que mudam de quatro em quatro anos, o que tem como consequência diferentes necessidades de recrutamento de professores... e muitos têm suportado esses ventos com total precariedade! Ventos que trazem contínua legislação no que se refere ao recrutamento de docentes e que são causa deste problema, ventos que nunca deram primazia à experiência profissional, ventos que se tornam ciclones para a qualidade de ensino.

Para quando um eficaz planeamento, estudo e consequentemente uma melhor qualidade de ensino que contemple os direitos consagrados do trabalho?

Sílvia Pereira

Prof. Contratada

Dirigente Sindical